



Estado do Rio Grande do Sul



Prefeitura Municipal de Caraá – Setor de Compras e Licitações

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2020.

Processo nº 13/2020.

Abertura: dia 10/07/2020

Horário: 09h

Tipo: **MENOR PREÇO GLOBAL**

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de sistema de prontuário eletrônico incluindo todos os equipamentos e serviços auxiliares necessários ao adequado funcionamento do mesmo, sendo computadores (estações de trabalho), servidores, conectividade, impressão, instalação, treinamento e manutenção dos equipamentos e sistema, para todas as unidades da atenção primária do município. A aquisição ora em comento, tem como objetivo atender as necessidades junto as Unidades de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde.

A aquisição ora em comento, tem como objetivo atender as necessidades junto as Unidades de Saúde e Secretaria Municipal.

As especificações completas estão descritas no termo de referência, anexo I ao edital.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARAÁ, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO N.º 13/2020, do tipo MENOR PREÇO, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, de conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal n.º 401/2005 e, subsidiariamente, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Federal n.º 1.024/2019, bem como as condições, a seguir estabelecidas:

1 - LOCAL, DATA E HORA

- 1.1. A sessão pública será realizada através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, dia **10 de julho de 2020**, com início às 09h, horário de Brasília/DF.
- 1.2. O horário de encerramento da sessão de lances ficará a critério do pregoeiro, de acordo com as necessidades provindas do andamento do referido pregão.
- 1.3. Poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1., até às 8 horas do dia aprazado.
- 1.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2 - OBJETO

Rua: Arno Von Saltiel, nº 478, Centro, Fone: (51) 3615-1222.
CEP: 95 515-000 - Caraá/RS - Email: licitacoes@caraa.rs.gov.br – www.caraa.rs.gov.br.



Prefeitura Municipal de Caraá – Setor de Compras e Licitações

2.1 Contratação de empresa para fornecimento de sistema de prontuário eletrônico incluindo todos os equipamentos e serviços auxiliares necessários ao adequado funcionamento do mesmo, sendo computadores (estações de trabalho), servidores, conectividade, impressão, instalação, treinamento e manutenção dos equipamentos e sistema, para todas as unidades da atenção primária do município. A aquisição ora em comento, tem como objetivo atender as necessidades junto as Unidades de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde.

A aquisição ora em comento, tem como objetivo atender as necessidades junto as Unidades de Saúde e Secretaria Municipal.

As especificações completas estão descritas no termo de referência, anexo I ao edital.

Obs: O valor máximo a ser pago pelo objeto deste certame será de até **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais) para implantação do sistema e de até **R\$ 6.000,00** (seis mil reais) mensais para manutenção, totalizando um valor máximo de até **R\$ 96.000,00** (noventa e seis mil reais).

Obs: os valores consideram um período de 12 (doze) meses).

3 – PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderá participar do presente pregão eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências deste Edital e seu Anexo, inclusive quanto à documentação, e estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3. A empresa participante, deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida esta comprovação a qualquer tempo.

3.4. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do pregão, a licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.



Prefeitura Municipal de Caraá – Setor de Compras e Licitações

4.1.2. O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Caraá, promotor da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preço, contendo marca, e **valor unitário do item, objeto licitado**, e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.1.

5.1.1. A proposta de preço deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico**.

5.2. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.3. Incumbirá, à licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Os itens das propostas que eventualmente contemplem objeto que não corresponda às especificações contidas no ANEXO I deste Edital serão desconsiderados.

5.5. Nas propostas, serão consideradas obrigatoriamente:

a) **Preço total do item**, considerando o valor para implantação e o valor mensal por um período de 12 (doze) meses em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;

b) marca e especificações detalhadas do objeto ofertado, garantia (no mínimo 12(doze) meses), consoantes exigências editalícias;

c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos e indiretos;



Prefeitura Municipal de Carará – Setor de Compras e Licitações

d) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;

e) prazo de entrega/implantação, que deverá ser de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho, podendo o prazo ser prorrogado, devidamente justificado.

e.1) o local de entrega: Posto de Saúde Central, Posto de Saúde Rio dos Sinos e Secretaria de Saúde.

5.6. Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

6 – ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

6.1. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para o item licitado.

7 - FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), as licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo valor.

7.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

7.5. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.6 – A etapa de lances da sessão pública será conforme Decreto Federal nº 10.024/2019, o qual o site “portaldecompraspublicas” se baseia para o processo licitatório.

7.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.



Prefeitura Municipal de Carará – Setor de Compras e Licitações

7.7.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.8. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.9 - Será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas, em caso de empate ficto, conforme prevê a Lei Complementar 123/2006, entendendo como empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor, observadas as normas legais.

7.9.1 A ME e/ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.9.2 Não ocorrendo a contratação da ME e/ou EPP, na forma prevista no sub-item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.9(ME's e EPP's), na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

7.9.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e/ou EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 7.9, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.9.4 Na hipótese da não contratação nos termos previstos dos itens 7.9, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originariamente vencedora do certame.

7.9.5 O sorteio de empate de melhor proposta somente será aplicado quando as melhores ofertas não tiverem sido apresentadas por ME e EPP.

7.9.6 A ME e EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.10. Após comunicado do Pregoeiro, a licitante detentora da melhor oferta deverá comprovar sua situação de regularidade, conforme documentação exigida no item 9.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Após análise da proposta, o Pregoeiro anunciará a licitante vencedora.



Prefeitura Municipal de Carará – Setor de Compras e Licitações

8.2. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.3 – Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

8.3.1 – O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

9 - HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação da licitante vencedora será verificada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

b) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS);

c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;

d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

f) Certidão Negativa de Falência e/ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do licitante;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011;



Prefeitura Municipal de Carará – Setor de Compras e Licitações

h) Cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF.

i) Atestado (ou declaração) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento do objeto semelhante ao deste Edital;

l) Comprovação pela empresa licitante ter em seu quadro técnico profissional com formação Superior na área de Tecnologia da Informação;

A comprovação de possuir o profissional deverá ser por meio de contrato de trabalho, no caso de não ser sócio ou proprietário da empresa.

9.2. Para os documentos que não mencionarem prazo de validade será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

9.3 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.4 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf e de sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.5 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no item 9.1 ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.6 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

9.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.9 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo mínimo de duas horas contados da solicitação do pregoeiro no sistema.

10 – DO PARECER TÉCNICO



Prefeitura Municipal de Carará – Setor de Compras e Licitações

10.1 – Para efeito de adjudicação deste Pregão, o Pregoeiro, se julgar necessário, encaminhará o processo ao Núcleo de Transportes da SEGOV, a fim de que seja emitido Parecer Técnico referente à proposta vencedora do item.

10.2 – Ocorrendo a desclassificação do bem da empresa vencedora, os autos serão devolvidos ao Pregoeiro, para que este realize nova negociação com as demais empresas, obedecendo a ordem de classificação, por menor preço.

10.3 – Somente após tal procedimento, o Pregoeiro fará a adjudicação às empresas vencedoras.

11 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

11.1.1. Caberá, ao Pregoeiro, decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal n.º 10.520/02, devendo a licitante **manifestar-se motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

12.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

12.2. A licitante que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando as demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora.

12.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.



Prefeitura Municipal de Carará – Setor de Compras e Licitações

12.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

12.7. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, a licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro, sempre que não houver recurso.

13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14 - RESPONSABILIDADES DA LICITANTE VENCEDORA

a) entregar o objeto licitado conforme as especificações deste Edital e em consonância com a proposta de preços;

b) arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da Adjudicatária;

15 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Em caso de **atraso injustificado na entrega do objeto**, sujeitar-se-á, a licitante vencedora, à **multa de mora de 1% ao mês** de juros sobre o valor da nota de empenho;

15.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração anule a homologação e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93.

15.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

a) **advertência**, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

b) **multa de até 10%(dez por cento)**, calculada sobre o valor do empenho, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;



Prefeitura Municipal de Caraá – Setor de Compras e Licitações

c) **suspensão temporária do direito** de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução ocasionar prejuízos à Administração;

d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

15.2.1. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, impedida de contratar com a Administração Pública**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15.3. A sanção de advertência de que trata o item 15.2, letra “a”, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega do objeto;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços das Secretarias Municipais, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

15.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a administração pública. Caberá, ainda, a suspensão, quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços das Secretarias Municipais.

16 - RESCISÃO

16.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as conseqüências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

16.2 - A rescisão contratual poderá ser:

16.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

16.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.



Prefeitura Municipal de Carará – Setor de Compras e Licitações

17 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUN DE SAÚDE

UNID. ORÇAMENTÁRIA: 02 – REPASSES AO FUNDO MUN DE SAÚDE

FUNÇÃO: 10 - SAÚDE

SUBFUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA

PROGRAMA: 0039 – ASSISTÊNCIA MÉDICA À POPULAÇÃO

PROJ/ATIVIDADE: 2.035 – MANUTENÇÃO DA SAÚDE – PAB FIXO

PROJ/ATIVIDADE: 2.025 – MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE SAÚDE

3.3.3.9.0.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

18 - PAGAMENTO

18.1. O pagamento do bem, será efetuado á vista, após o recebimento e aceitação, através da Nota de Empenho, mediante a emissão de Nota Fiscal e a tramitação do Processo para instrução e liquidação.

18.2. Não será efetuado qualquer pagamento à Adjudicatária enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.

18.3. **O valor máximo aceitável ao certame é de até R\$ 96.000,00** (noventa e seis mil reais)

19 - DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. É facultado, ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

19.2. A critério da Administração, os objetos da presente licitação poderão sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº n.º 8.666/93.

19.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se a licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei Federal n.º 8.666/93.



Prefeitura Municipal de Caraá – Setor de Compras e Licitações

19.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Caraá.

19.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.6. A Administração, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade da Adjudicatária a terceiros, sejam estes fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

19.7. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Caraá na data marcada, a sessão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local.

19.8. O Município de Caraá se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

19.9. Integra este Edital:

- a) o **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**
- b) o **ANEXO II – MODELO DE CONTRATO.**

Caraá/RS, 25 de junho de 2020.

NEI PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em ___ / ___ / _____.

Tissiano da Rocha Jobim
Assessor Jurídico
OAB/RS nº 74.185



Estado do Rio Grande do Sul



Prefeitura Municipal de Caraá – Setor de Compras e Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2020.

ANEXO I - OBJETO

TERMO DE REFERÊNCIA

PROJETO TÉCNICO/TERMO DE REFERÊNCIA

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

CNPJ: 12.140.784/0001-32

Nome do Órgão: Fundo Municipal de Saúde de Caraá

Endereço: Inácio Rabelo dos Santos, 182 - Centro

Município: Caraá

UF: RS

CEP: 95515-000

Telefones: (51) 36151325 (51) 36151323

Responsável: Nei Pereira dos Santos

E-mail: saude@caraa.rs.gov.br

2. CONVÊNIO

2.1. Nº Proposta FNS: 12140.784000/1170-08

3. APRESENTAÇÃO

3.1. O Município de Caraá tem a intenção de fortalecer ainda mais a qualidade no atendimento à saúde, elevando o padrão e eficiência no atendimento à população, auxiliando a equipe e a comunidade na busca por uma condição de saúde mais favorável, visto que as verbas previstas para manter tal qualidade serão repassadas através de relatórios da produção dos atendimentos feitos nas Unidades Básicas de Saúde.

3.2. Em cumprimento a Lei Federal nº. 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, e Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, elaboramos o presente Termo, para que no procedimento legal, seja efetuada a seleção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, tendo por finalidade definir elementos que norteiam a contratação de serviço para fornecimento de sistema de prontuário eletrônico.

4. OBJETO

4.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de serviço para fornecimento de sistema de prontuário eletrônico e todo equipamento e serviços auxiliares necessários ao adequado funcionamento do mesmo, incluindo computadores (estações de trabalho), servidores, conectividade, impressão, instalação, treinamento e manutenção dos equipamentos e sistema, para todas as unidades da atenção primária do município. A aquisição ora em comento, tem como objetivo atender as necessidades junto as Unidades de Saúde e Secretaria Municipal.

5. JUSTIFICATIVA

A informatização tem trazido importantes melhorias na gestão de qualquer organização. Na área da saúde há dois campos distintos nos quais isso se aplica diretamente: na gestão, a informatização absorve e gerencia uma enorme quantidade de dados que podem ser transformados em conhecimento útil para a tomada de decisão; e na clínica, a praticidade e riqueza de detalhes sobre

Rua: Arno Von Saltiel, nº 478, Centro, Fone: (51) 3615-1222.

CEP: 95 515-000 - Caraá/RS - Email: licitacoes@caraa.rs.gov.br – www.caraa.rs.gov.br.



Prefeitura Municipal de Carará – Setor de Compras e Licitações

informações dos pacientes por meio de prontuário eletrônico promove uma maior agilidade no atendimento ao mesmo tempo em que garante maior segurança no cuidado prestado, tanto ao profissional quanto ao paciente. O processo de uso amplo de tecnologias na saúde, tem se caracterizado pelo emprego de tecnologias para auxílio à tomada de decisão gerencial de clínica baseada em ampla exploração de dados, incluído aprendizado de sistemas e uso de ferramentas de comunicação para facilitar o acesso aos serviços de saúde. Para que se chegue a níveis ótimos de uso de tecnologias desse tipo, há a necessidade inicial de informatização de todos os ambientes de saúde, e isso inclui a atenção primária, que além de ordenadora da rede de atenção é o ambiente onde se produz o maior número de atendimentos. A informatização da atenção primária agrega uma melhor continuidade do cuidado do usuário, organização do processo de trabalho e compartilhamento das informações pelos diferentes tipos de profissionais que integram este ambiente. Além disso, possibilitam que processos avaliativos mais qualificados, rápidos e eficientes ocorram, promovendo melhor qualidade do serviço ao usuário. Dito isso, este projeto se justifica pelas melhorias que serão propiciadas tanto no aspecto da gestão do serviço como na qualidade das informações enviadas ao Ministério da Saúde para que o retorno financeiro retorne à contento para continuarmos prestando os serviços à população. Conforme estabelecido na **PORTARIA Nº 2.983, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019** o qual institui o Programa de Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde - Informatiza APS, por meio da alteração das Portarias de Consolidação nº 5/GM/MS e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES

6.1. O item a ser adquirido será conforme descrito abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QUANT	Val/Ref/Máx
1	Contratação de serviço para fornecimento de sistema de prontuário eletrônico e todo equipamento e serviços auxiliares necessários ao adequado funcionamento do mesmo, incluindo computadores (estações de trabalho), servidores, conectividade, impressão, instalação, treinamento e manutenção dos equipamentos e sistema, para todas as unidades da atenção primária do município e da Secretaria de Saúde. - treinamento dos Profissionais da Atenção Básica incluindo ACS (Agentes Comunitários de Saúde) com o devido acompanhamento na utilização do prontuário eletrônico; - fornecimento dos tablets (no mínimo de 16) para os agentes comunitários de saúde sob a forma de comodato, sendo sua atualização e substituição conforme a necessidade, configuração e especificação em anexo; - fornecimento de quatro impressoras multifuncionais de alto rendimento na forma de comodato, sendo que em caso de defeito ou falhas	UND	1	R\$ 96.000,00



Prefeitura Municipal de Caraá – Setor de Compras e Licitações

<p>devem ser substituídas imediatamente (configuração mínima em anexo), sendo 4 para cada equipe de ESF (total de 12 impressoras) incluindo toners ou tintas a serem utilizados com até duas reposições mensais;</p> <ul style="list-style-type: none">- fornecimento de até quatro computadores (desktop) por equipe de ESF de acordo com a demanda das unidades (total de 12 computadores), podendo ser remanejado entre as mesmas;- adequação na rede de T.I. para comportar os novos acessos dos ACS via Tablets ou Computadores incluindo alterações e ampliações;- suporte permanente aos Profissionais da Atenção Básica incluindo as ACS para sanar dúvidas ou novas instruções sobre atualizações;- realização das atualizações do sistema Esus, com Backup e instalação sempre que necessário;- monitoramento da produção e validação na esfera federal;- cursos de atualização em SIS e financiamento;- apoio financiamento da APS e cadastramento de equipes- apoio operacional para SIS_e-gestor, sisab, cnes- apoio na análise de relatórios e-SUS APS e abordagem de dúvidas de gestores; <p>- serviço de assistência técnica em todos os equipamentos de Tecnologia da Informação, incluindo impressoras, computadores, switches, roteadores, cabeamentos de rede de dados, incluindo a substituição de peças danificadas ou queimadas e suas devidas atualizações de software, principalmente para o correto funcionamento do prontuário eletrônico;</p> <ul style="list-style-type: none">- suporte à Secretaria Municipal de Saúde, setor administrativo, visando a possível eliminação da utilização de fichas em papel e facilitação dos serviços utilizando mais recursos tecnológicos;- Manutenção e Assistência Técnica no Servidor de Dados centralizador das Informações da Secretaria Municipal de Saúde, principalmente e-Sus e prontuário eletrônico;- A implantação seguirá um cronograma pré estabelecido em reunião geralmente iniciando pela sequência de adequações na rede, instalação do Servidor, fornecimento de tablets e treinamento das ACS, adequação de computadores existentes e fornecimento de novos, reciclagem de toda a			
--	--	--	--



Prefeitura Municipal de Carará – Setor de Compras e Licitações

	<p>equipe referente ao e-SUS e novo financiamento e assim segue.</p> <ul style="list-style-type: none">- o suporte técnico deverá ser por acesso remoto e presencial, podendo ser de até três visitas mensais, salvo os motivos de urgência.- o contratado deverá ser de no máximo 400km de distância da sede do contratante.			
--	--	--	--	--

7. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 7.1. O prazo de entrega, deverá ser de até 30 (trinta) dias após a homologação do contrato, podendo o prazo ser prorrogado, se devidamente justificado e aceito.
- 7.2. Conforme o item deste Termo de Referência, os serviços deverão ser prestados e equipamentos descritos com todos os itens contidos nas especificações, sem nenhum ônus para a Contratante, nas duas Unidades Básicas de Saúde e na Secretaria.

8. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

- 8.1. Dos prazos de entrega determinados neste termo de referencia, prestar assistência técnica e fornecer garantia do equipamento, conforme garantia mínima do fabricante.
- 8.2. Reparar as peças dos equipamentos que apresentarem defeitos, durante o período de garantia e contratado, as quais deverão ser reparadas e/ou substituídas, sendo que todas as despesas inerentes à reposição, transportes, estadia do(s) técnico(s) e outras correrá(ão) por conta da contratada, não cabendo a Prefeitura Municipal de Carará qualquer ônus.
- 8.3. Substituir os equipamentos em caso de defeito e/ou reparados, no prazo máximo de 10 (dez) dias, por outro de igual modelo ou superior, mantendo no mínimo, as mesmas características dos bens originalmente fornecidos.
- 8.4. Os atendimentos presenciais deverão ocorrer no mínimo 3 (três) vezes ao mês.

9. RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 9.1. Nome do responsável: Bianca Rodrigues da Rocha
- 9.2. Endereço eletrônico: saude@caraa.rs.gov.br
- 9.3. Telefone: (51) 36151323

10. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega e emissão da nota fiscal.
- 10.2. A Nota fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização a indicação do número do pregão, além de mencionar que o(s) equipamento(s) refere-se a Proposta, nº da proposta e o programa, a fim de acelerar o tramite de recebimento dos equipamentos e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.



Prefeitura Municipal de Caraá – Setor de Compras e Licitações

- 10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passara a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

11. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 11.1. A aquisição de objeto se dará mediante processo licitatório na modalidade de Pregão, em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal n.º 401/2005 e, subsidiariamente, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e a Lei Complementar 147, de 07 de agosto 2014.

12. VALORES

- 12.1. O valor máximo para contratação dos serviços será de até **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais) para implantação e de até **R\$ 6.000,00** (seis mil reais) mensais.
- 12.2 O valor máximo considera a implantação e valor mensal por um período de 12 (doze) meses, totalizando o valor máximo de até **R\$ 96.000,00** (noventa e seis mil reais) este deverá ser o valor usado como referência para apresentação da proposta e lances.

13. RESULTADOS ESPERADOS

- 13.1. O Município de Caraá sabe da importância da qualidade do atendimento oferecido aos usuários do SUS. Visto que o Município não possui atendimento de média e alta complexidade, cada vez mais se faz necessário uma alta taxa de resolubilidade nas UBSs. Tendo em vista esse cenário e o novo método de repasse de recursos pelo Governo federal, baseado em resultados da produção de atendimento aos munícipes, há necessidade da contratação do serviço.
- 13.2. Contratação de serviço para fornecimento de sistema de prontuário eletrônico e todo equipamento e serviços auxiliares necessários ao adequado funcionamento do mesmo, incluindo computadores (estações de trabalho), servidores, conectividade, impressão, instalação, treinamento e manutenção dos equipamentos e sistema, para todas as unidades da atenção primária do município.
- 13.3. Melhoria na assistência à saúde dos usuários do SUS;
- 13.4. Garantia de qualidade e agilidade à população, qualidade e estabilidade no envio de dados ao Ministérios da Saúde para assegurar o aporte financeiro para pleno funcionamento dos serviços de saúde.

14. SANÇÕES

- 14.1. À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93.

Nei Pereira dos Santos
Prefeito Municipal de Caraá/RS

Edemir Lhul
Secretário de Saúde de Caraá/RS



ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

Pelo contrato de fornecimento, nos termos do que dispõe a Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal n.º 401/2005 e, subsidiariamente, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, as partes a seguir qualificadas, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARARÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Arno Von Saltiel, 478, Centro, em nome de seu Prefeito Municipal, **Sr. NEI PEREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, casado, identidade n.º 3000889281 e CPF n.º 193.425.190-91, residente e domiciliado na localidade de Pedra Branca, Município de Carará/RS, de ora em diante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ/MF n.º _____, com sede na _____, neste ato representada _____, residente e domiciliado na cidade de _____, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, de acordo com o Edital de Pregão Eletrônico n.º 13/2020 e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1 O objeto do presente contrato consiste na Contratação de serviço para fornecimento de sistema de prontuário eletrônico e todo equipamento e serviços auxiliares necessários ao adequado funcionamento do mesmo, incluindo computadores (estações de trabalho), servidores, conectividade, impressão, instalação, treinamento e manutenção dos equipamentos e sistema, para todas as unidades da atenção primária do município. A aquisição ora em comento, tem como objetivo atender as necessidades junto as Unidades de Saúde e Secretaria Municipal.

de acordo com especificações constantes no termo de Referência:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do preço e pagamento

2.1 - O contratante obriga-se a pagar o valor total do referido contrato, que é de R\$ _____ (_____) para implantação e R\$ ----- mensal.

2.2 – O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificado no edital e anexos.

2.3 - O pagamento do bem, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a conclusão, recebimento e aceitação, através da Nota de Empenho, mediante a emissão de Nota Fiscal e a tramitação do Processo para instrução e liquidação e liberação do agente financeiro.



Prefeitura Municipal de Caraá – Setor de Compras e Licitações

2.4 - Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.

2.5 – O presente contrato não sofrerá reajustes de preços, durante toda a sua vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da entrega, do local e condições

Os equipamentos e serviços, cujo fornecimento vier a ser contratado deverá ser entregue nos Postos de Saúde e Secretaria de Saúde sob fiscalização de servidor conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

CLÁUSULA QUARTA- Da dotação orçamentária

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUN DE SAÚDE

UNID. ORÇAMENTÁRIA: 02 – REPASSES AO FUNDO MUN DE SAÚDE

FUNÇÃO: 10 - SAÚDE

SUBFUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA

PROGRAMA: 0039 – ASSISTÊNCIA MÉDICA À POPULAÇÃO

PROJ/ATIVIDADE: 2.035 – MANUTENÇÃO DA SAÚDE – PAB FIXO

PROJ/ATIVIDADE: 2.025 – MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE SAÚDE

3.3.3.9.0.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA QUINTA – Do prazo

5.1 - Este contrato terá vigência a partir de sua assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos até o máximo de 60(sessenta) meses.

5.2 - **prazo de entrega/implantação: de até 30 (trinta) dias**, após a emissão da Nota de Empenho, podendo o prazo ser prorrogado, devidamente justificado.

CLÁUSULA SEXTA – Das obrigações dos contratantes

6.1 É responsabilidade do **CONTRATANTE**:



Prefeitura Municipal de Carará – Setor de Compras e Licitações

- a) Efetuar o pagamento da aquisição do objeto deste contrato, conforme previsto neste instrumento;
- b) Fiscalizar a entrega e aceitação do objeto licitado.

6.2 - É responsabilidade da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto licitado conforme as especificações deste Edital e em consonância com a proposta de preços;
- b) arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da Adjudicatária;
- c) Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- d) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- e) Fornecer garantia mínima de 01 (um) ano do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das penalidades e multas

Pelo inadimplemento das obrigações, a CONTRATADA estará sujeito, dentre outras, as seguintes penalidades:

7.1 - Em caso de atraso injustificado na entrega do objeto, sujeitar-se-á, a licitante vencedora, à multa de mora de 1% ao mês de juros sobre o valor da nota de empenho;

7.2 - A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração anule a homologação e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93.

7.3 - Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;
- b) multa de até 10%(dez por cento), calculada sobre o valor do empenho, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;



Prefeitura Municipal de Caraá – Setor de Compras e Licitações

c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução ocasionar prejuízos à Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.4 - Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedida de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.

7.5 - A sanção de advertência de que trata o item 7.3, letra “a”, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega do objeto;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços das Secretarias Municipais, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.6 - A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a administração pública. Caberá, ainda, a suspensão, quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços das Secretarias Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – Da rescisão

A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis. Constituem, também, motivos para a rescisão do presente contrato os arrolados no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA

O presente contrato, está vinculado ao Processo Licitatório na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 13/2020** e a proposta da **CONTRATADA**, constante do respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA

Aplica-se ao presente contrato, a Lei Federal n.º 10.520/2002, o Decreto Municipal n.º 401/2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores e, em casos omissos, a Legislação Civil em vigor.



Estado do Rio Grande do Sul



Prefeitura Municipal de Caraá – Setor de Compras e Licitações

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha/RS, para solucionar todas as questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assina o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Caraá/RS, ____ de _____ de 2020.

NEI PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal - CONTRATANTE

(empresa)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: